

Notícias do dia 09 de maio



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS



Sumário

Número de notícias: 4 | Número de veículos: 4

DIÁRIO DE APARECIDA - GO - POLÍTICA
TCE - GO

Eliton entregou governo sem caixa para pagar os salários dos servidores 3

DIÁRIO DO ESTADO - GO - PODER
TCE - GO

José eliton entregou governo para sucessor sem dinheiro para pagar servidores, atesta tce
(Artigo) 5

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ - PR - NOTÍCIAS
TCE - GO

Estudo aponta méritos e deficiências do Paraná no atendimento à primeira infância
..... 6

JORNAL OPÇÃO - ONLINE - GO - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
TCE - GO

TCE desmente José Eliton e atesta que não havia dinheiro em caixa para pagar servidores
..... 8

Eliton entregou governo sem caixa para pagar os salários dos servidores

O ex-governador José Eliton, pré-candidato ao governo de **Goiás** pelo PSB, tenta confundir a população goiana ao afirmar que o não pagamento da folha dos servidores públicos do Estado referente ao mês de dezembro (e parte da de novembro) de 2018 não teria sido quitada por opção do governador **Ronaldo Caiado** (União Brasil).

O **Tribunal de Contas do Estado (TCE)** apontou, em julgamento das contas de Eliton, que não havia recursos disponíveis para honrar o pagamento dos salários dos servidores do Estado. A declaração do ex-governador foi feita em entrevista ao jornal O Popular na última quinta-feira, 5. Ex-tucano e recém-filiado ao PSB, José Eliton negou o rombo de R\$ 6,7 bilhões em dívidas de curto prazo atestado pelo **TCE**.

O descompasso nas contas do Estado levou, inclusive, à reprovação das contas das gestões Eliton e de Marconi Perillo (PSDB), em parecer julgado pelo plenário da Corte de Contas.

No final do seu governo, José Eliton fez manobras para fugir à Lei de Responsabilidade Fiscal, já que não tinha recursos sequer para quitar a folha de pessoal

Para um aliado do governador **Ronaldo Caiado**, José Eliton não só deixou de honrar o pagamento das folhas, como teria premeditado tal calote. O governista lembra que em outubro daquele ano, quase 90 dias antes de encerrar o exercício, o então governador do Estado editou o Decreto nº 9.346, cujo teor revogava o artigo 45 do Decreto nº 9.143, de 22 de janeiro de 2018, e que disciplinava o empenho e pagamento dos salários e encargos sociais dos servidores públicos estaduais.

"Com aquela atitude, já prevendo que não teria recursos disponíveis para honrar o pagamento da folha dos servidores, o governador José Eliton editou um decreto desobrigando-se de empenhar os recursos destinados à folha de pagamento, numa clara tentativa de se livrar de possíveis sanções cíveis e penais pelo não cumprimento das obrigações.

Em outras palavras, isso foi um calote premeditado", relata.

Sem recursos em caixa, a gestão do governador **Ronaldo Caiado**, iniciada em janeiro de 2019, foi

obrigada a parcelar o pagamento dos salários dos servidores em atraso e, naquele exercício, acabou honrando o pagamento de 14,5 mil folhas dos servidores.

Em junho de 2019, o plenário do **TCE-GO** aprovou o relatório do **conselheiro Saulo Mesquita** pela emissão de parecer prévio pela reprovação das contas de Marconi Perillo e José Eliton. Entre as irregularidades das contas de 2018, o **conselheiro** apontou a abertura de créditos adicionais por excesso de arrecadação e superávit financeiro sem a existência de recursos disponíveis, realização de despesas sem prévio empenho, realização de despesas sem autorização orçamentária, violação ao limite de despesas com pessoal, previsto no artigo 20, inciso II, da LRF, inscrição de restos a pagar não acobertados por suficiente disponibilidade financeira, entre outros ilícitos.

De acordo com o relatório do **TCE**, que opinou pela rejeição das contas de Perillo e Eliton, o resultado orçamentário e financeiro das contas foi negativo em R\$ 3,5 bilhões.

Somando-se os restos a pagar dos exercícios anteriores e, ainda, as despesas não empenhadas, acrescidos da indisponibilidade de caixa, a unidade técnica concluiu que, ao final de 2018, o rombo nas contas públicas do Estado foi de R\$ 6,7 bilhões.

Os ex-governadores, no entanto, conseguiram decisão judicial favorável para que fossem ouvidos na sessão de julgamento das contas. Por isso, o parecer final do **TCE** ainda não chegou à Assembleia Legislativa para votação.

Mesmo com a situação crítica das finanças do Estado, o governador **Ronaldo Caiado** se empenhou para regularizar as contas públicas e atualizar o pagamento dos servidores. Nesses três anos e quatro meses de governo, Caiado paga rigorosamente os servidores dentro do mês trabalhado.

Banco Mundial aprova empréstimo de meio bilhão de dólares para **Goiás**

O Banco Mundial aprovou empréstimo para **Goiás** no valor de US\$ 500 milhões.

O financiamento faz parte da recuperação econômica do Estado e tem como contrapartida investimentos para auxiliar o setor do agronegócio e o meio ambiente. A verba faz parte do Programa de Recuperação Sustentável e deve atender medidas de ajuste fiscal, modernização sustentável e inclusão social.

O governo estadual teve permissão - no contexto da adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) - para contratar o empréstimo (R\$ 2,5 bilhões) para quitar financiamento realizado em 2013, na gestão do ex-governador Marconi Perillo (PSDB), no Programa Banco do Brasil Estruturante.

Essa renegociação pode permitir uma **economia** de R\$ 700 milhões, conforme estimou o Estado.

Para a liberação, ocorrida no dia 28 de abril, o Conselho Diretor do Banco Mundial também considerou que o Estado tem sido afetado por duras mudanças climáticas. O aumento de emissões de gases do efeito estufa, desde 2009, é considerado um desafio para o setor do agronegócio, especialmente para os pequenos e grandes agricultores, o que é levado em consideração para os pontos de contrapartida.

Em nota, a Secretaria de Estado da **Economia** informou que as "condições que foram colocadas pelo Banco Mundial como contrapartidas na área fiscal já foram cumpridas pelo Estado de **Goiás**. Foram as mesmas que resultaram no ajuste fiscal e na entrada ao RRF. Portanto, não há pendências de ordem econômica", diz o comunicado.

Segundo a instituição, uma das propostas de parceria com o governo estadual é para iniciar uma agenda de reformas e políticas que sejam inclusivas, sustentáveis e favoráveis ao clima. O que o governo goiano divulga e já tem sido cumprido.

Entre os pontos de atenção ao meio ambiente está a implementação de plano estadual de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, que inclui medidas para aumentar o estoque de carbono no solo, por exemplo.

Segundo divulgação do Banco Mundial, essas medidas podem fortalecer também a parte social.

Segundo o superintendente de Produção Rural Sustentável da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa), Donalvam Maia, a aprovação reflete o trabalho conjunto de secretarias para atender os requisitos de desenvolvimento social, econômico e de um agronegócio mais sustentável.

Entre os exemplos das metas, cita o incentivo ao uso de bioinsumos, novas tecnologias para geração de energia elétrica e até mesmo recuperação de pastagens. A regularização fundiária também está entre as políticas que são incentivadas.

O empréstimo concedido pelo Banco Mundial ao Estado é garantido pelo governo federal e tem prazo final de pagamento de 17 anos.

Recuperação das finanças permitiu ao governador **Ronaldo Caiado** conquistar o empréstimo, em termos vantajosos para o Estado

Site: <https://diariodeaparecida.com.br/edicao-imprensa-no2998/>

José eliton entregou governo para sucessor sem dinheiro para pagar servidores, atesta tce (Artigo)

FERNANDA MORAIS O pré-candidato ao Governo de **Goiás** pelo PSB, José Eliton teve declarações desmentidas pelo **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**, ao dizer que não pagar as folhas de novembro e dezembro de 2018 foi uma opção do governador Ronaldo Caiado (União) De acordo com relatório do **TCE**, que julgou as contas de Eliton, o que aconteceu foi que à época enquanto governador, deixou o governo sem dinheiro em caixa fazendo com que o próximo chefe do Executivo estadual encontrasse dificuldade para quitar o pagamento dos funcionários.

Eliton falou sobre o assunto em entrevista ao Jornal O Popular publicado no dia 5 de maio. O agora filiado ao PSB negou que existia um déficit de R\$ 6,7 bilhões em dívidas de curto prazo, o que também foi atestado pelo **TCE**.

Sem dinheiro em caixa, o governador Ronaldo Caiado iniciou sua gestão em janeiro de 2019 com a responsabilidade de colocar em dias os salários dos funcionários públicos. A alternativa encontrada por sua equipe de governo foi começar a pagar os atrasados em parcelas.

Site:

<https://diariodoestadogo.com.br/cms/upload/flip/pdf/2968.pdf>

Estudo aponta méritos e deficiências do Paraná no atendimento à primeira infância

Institucional

O Paraná acumula bons indicadores de qualidade de vida na primeira infância - fase que vai da gestação até os seis anos de idade -, em áreas como cobertura de exames pré-natais, baixo índice de mortalidade de bebês, imunização contra a poliomielite, acesso a creches e ao serviço de esgoto sanitário. Mas precisa reduzir as taxas de mortalidade materna, de partos cesáreos, de baixo peso dos bebês ao nascer e ampliar a cobertura pelas equipes de Saúde da Família.

Essas são as principais conclusões do estudo Primeira Infância, que compilou dez indicadores vinculados a essa que é considerada a fase mais importante da vida do ser humano. Os dados, relativos aos 5.568 municípios brasileiros no ano de 2020, foram coletados de fontes oficiais de informação. Acesse aqui a íntegra do documento .

O estudo é resultado de parceria entre os Tribunais de Contas brasileiros e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). As entidades representativas do Sistema TCs que integraram a iniciativa são a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (Atricon), o Conselho Nacional dos Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC) e o Instituto Rui Barbosa (IRB).

Com essas informações, visamos sensibilizar os tribunais de contas para a realização de avaliações de políticas públicas voltadas à infância, de forma a subsidiar o aperfeiçoamento daqueles programas e ações. Efetivamente, isso contribuirá para o alcance dos objetivos do **Pacto Nacional pela Primeira Infância**, iniciativa destinada à garantia dos direitos das crianças, à diminuição das desigualdades e a propiciar melhor qualidade de vida às famílias e às crianças em situação de vulnerabilidade, afirma o **conselheiro** Edson José Ferrarri, presidente do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)** e do Comitê Técnico de Avaliação do **Pacto Nacional pela Primeira Infância** do IRB.

Dez indicadores

Os dez indicadores avaliados foram: proporção de cobertura pré-natal; percentual de nascidos vivos de baixo peso (menos de 2,5 quilos); taxa de mortalidade infantil (até o primeiro ano de vida); taxa de

mortalidade na infância (até os cinco anos); taxa de mortalidade materna; percentual de partos por cesariana; percentual de crianças até três anos atendidas por creches; vacinação contra a poliomielite de crianças até um ano; cobertura das equipes de Saúde da Família e cobertura de sistema de esgotamento sanitário.

Com base nas informações, foram elaborados rankings das 27 unidades federativas - os 26 estados e o Distrito Federal -, em cada um dos indicadores pesquisados. Os mapas e tabelas são pintados em quatro cores, que vão do cinza (sem as informações necessárias para a classificação) até o verde (situação ideal), passando pelo amarelo (nível de alerta, que necessita a adoção de novas ações e a manutenção das existentes) e o vermelho (que demanda a adoção de medidas com urgência).

Destaques do Paraná

O Paraná é a unidade da federação com melhor cobertura de consultas pré-natal: obteve 84,8% no indicador, que considera a proporção de sete ou mais consultas desse tipo durante a gestão. A média nacional é de 71%. Confira aqui os destaques do Paraná, elaborados pelo IRB.

O Estado detém a segunda menor taxa de mortalidade infantil, com o óbito de 9,28 crianças antes de completar um ano de vida. O índice do Rio Grande do Sul, primeiro colocado, é de 8,64. Em Roraima, que ocupa a última posição, é de 18,42. A média nacional é de 11,5 - quanto menor o número de mortes, melhor é a situação.

Em relação à mortalidade na infância, o Paraná registra o óbito de 10,71 crianças antes de completar cinco anos a cada mil nascidas vivas no período de um ano. O Estado possui o mesmo índice do Distrito Federal e está atrás de Santa Catarina (10,52 por mil) e do Rio Grande do Sul (9,84). A média nacional é de 13,2.

Na imunização de crianças até um ano contra a poliomielite, o Paraná obteve um índice de vacinação de 82,66% deste público em 2020. É a terceira melhor posição entre os estados, superada pelo Rio Grande do Sul (85,13%) e Santa Catarina (89,86%). A média nacional é de 70,6%.

Sobre o acesso a creches, o Paraná está na terceira melhor posição, com 35,4% das crianças até três anos matriculadas nesses estabelecimentos. São Paulo (46,9%) e Santa Catarina (50,6%) superam o Estado neste indicador educacional, cuja média nacional é de 29,8%. Essa é a mesma posição ocupada pelo Paraná em relação à cobertura com rede coletora de esgoto, que atinge 74,4% da população. As unidades federativas mais bem colocadas neste quesito são o Distrito Federal (90,9%) e São Paulo (90,6%). A média nacional é de 55%.

Mau desempenho

A pior colocação do Paraná no ranking de indicadores relativos à primeira infância (25ª posição) diz respeito ao alto índice de partos por meio de cesariana. Esse tipo de cirurgia é realizado em 64,9% dos nascimentos ocorridos no Estado - o terceiro mais alto do país, atrás de **Goiás** (68,5%) e Rondônia (68%). O menor é registrado em Roraima (35%). As autoridades de saúde consideram que o percentual máximo aceitável seria de 30%, embora a média nacional seja praticamente o dobro: 57,2%.

O Estado ocupa apenas a 22ª posição na cobertura das equipes de Saúde da Família nos municípios. O percentual paranaense é de 63,31%. Neste quesito, o Piauí lidera, com 99,03%, seguido da Paraíba (94,99%) - a média apontada pelo levantamento neste indicador é de 63,6%.

Em relação ao baixo peso dos bebês ao nascer, o Paraná está na 19ª posição, com 8,7% dos nascidos com menos de 2,5 quilos - situação idêntica às de **Goiás** e Bahia. A unidade federativa mais bem posicionada é Rondônia, com 7,1%. A pior é o Distrito Federal, com 9,8%. A média nacional é de 8,6%. Quanto menor o peso ao nascer, maior a probabilidade de morte precoce, fator que influencia a taxa de mortalidade em menores de cinco anos.

Finalmente, o Paraná ocupa a sétima posição em relação ao número de mortes maternas, com 52,6 casos de óbito de mulheres por 100 mil nascidos vivos. O Acre tem o melhor posicionamento neste indicador (26,7) e Roraima, o pior (146,2). A média brasileira neste indicador é de 67,9.

Fonte: **TCE/PR**

Site: <http://www1.tce.pr.gov.br/noticias/estudo-aponta-meritos-e-deficiencias-do-parana-no-atendimento-a-primeira-infancia/9811/N>

TCE desmente José Eliton e atesta que não havia dinheiro em caixa para pagar servidores

Ex-governadores José Eliton e Marconi Perillo | Foto: Reprodução

O **Tribunal de Contas do Estado (TCE)** desmentiu a afirmação do ex-governador e pré-candidato ao governo de **Goiás** pelo PSB, José Eliton, de que o não pagamento da folha dos servidores públicos estaduais, referente ao mês de dezembro (e parte da de novembro), teria sido por opção do governador Ronaldo Caiado (UB). Segundo o órgão, no final do governo José Eliton não havia recursos disponíveis para honrar o pagamento dos salários dos servidores do Estado.

Na última quinta-feira, 5, o ex-tucano negou o rombo de R\$ 6,7 bilhões em dívidas de curto prazo, despesas atestadas pelo **TCE**. A gestão de Marconi Perillo e Eliton teve as despesas reprovadas em parecer julgado pelo plenário da corte de contas. Segundo um político da base de Caiado, José Eliton premeditou o calote. O governista lembra que em outubro daquele ano, quase 90 dias antes de encerrar o exercício, o então governador editou o Decreto nº 9.346, o qual revogava o artigo 45 do Decreto nº 9.143, de 22 de janeiro de 2018, e que disciplinava o empenho e pagamento dos salários e encargos sociais dos servidores públicos estaduais.

Trecho do Decreto nº 9.346 de 2018 editado por José Eliton | Foto: Jornal Opção/Casa Civil

"Com aquela atitude, já prevendo que não teria recursos disponíveis para honrar o pagamento da folha dos servidores, o governador José Eliton edita um decreto desobrigando-o de empenhar os recursos destinados à folha de pagamento, numa clara tentativa de se livrar de possíveis sanções cíveis e penais pelo não cumprimento das obrigações. Em outras palavras, isso foi um calote premeditado", relata. Ao assumir a gestão estadual, Ronaldo Caiado foi obrigado, para honrar o compromisso com os servidores, parcelar o pagamento em atraso.

TCE rejeita as contas

Em junho de 2019, o **TCE** aprovou o relatório do do **conselheiro Saulo Mesquita** pela emissão de parecer

prévio pela reprovação das contas de Marconi Perillo e José Eliton. Segundo o relator, várias irregularidades puderam ser apontadas em 2018, como abertura de créditos adicionais por excesso de arrecadação e superávit financeiro sem a existência de recursos disponíveis, realização de despesas sem prévio empenho, realização de despesas sem autorização orçamentária, violação ao limite de despesas com pessoal, previsto no artigo 20, inciso II, da LRF, inscrição de restos a pagar não acobertados por suficiente disponibilidade financeira, entre outros ilícitos.

De acordo com o relatório do órgão, o resultado financeiro deu valor negativado de R\$ 3,5 bilhões. O número soma-se ainda aos restos a pagar dos exercícios anteriores e, ainda, as despesas não empenhadas, acrescidos da indisponibilidade de caixa. Dessa forma, os técnicos concluíram que, ao final de 2018, o rombo chegou na casa de R\$ 6,7 bilhões. Os ex-governadores, no entanto, conseguiram decisão judicial favorável para que fossem ouvidos na sessão de julgamento das contas. Por isso, o parecer final do **TCE** ainda não chegou à Assembleia Legislativa para votação.

Site: <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/tce-desmente-jose-eliton-e-atesta-que-nao-havia-dinheiro-em-caixa-para-pagar-servidores-398293/>